

2010/11/16

## A NATO e PORTUGAL. ALINHAMENTOS PARA UM NOVO CONCEITO ESTRATÉGICO DA ALIANÇA

Luís Brás Bernardino[1]

### Introdução

No momento em que Lisboa se prepara para acolher, nos próximos dias 19 e 20 de Novembro, uma das mais importantes Cimeiras da história recente da NATO, onde estará em discussão a definição de um novo conceito estratégico para a Aliança, será fulcral para o futuro da Aliança e relevante para a política externa portuguesa partilhar algumas ideias e reflectir sobre os actuais interesses de Portugal na NATO, bem como tecer alguns considerandos sobre a necessidade de se adoptar e implementar um novo conceito estratégico da Aliança para o século XXI que tenha reflexos substanciais na segurança e defesa de Portugal.



Portugal, enquanto membro fundador da NATO, viveu, acompanhou e participou activamente no processo que transportou a Aliança do período da Guerra Fria, mais concretamente a partir de 4 de Abril de 1949, até aos nossos dias. A evolução da NATO implicou a adopção de múltiplas posturas estratégicas e levou constantemente à implementação de reformas estruturais a vários níveis, que se traduziram inclusivamente na participação em novas missões, envolvendo a projecção de militares para regiões bem para além dos “limites geopolíticos admissíveis” no âmbito do conceito estratégico aprovado em Abril de 1999, na Cimeira de Washington.

As fronteiras da NATO serão as fronteiras de Portugal?

A NATO transformou-se, à luz dos recentes acontecimentos no mundo, numa organização global, sinónimo e expressão máxima de uma globalização que envolve também as dinâmicas da segurança e defesa. Esta nova realidade coloca novos e maiores desafios à Aliança, comportando também necessariamente maiores riscos para o futuro da própria organização. Mas as dinâmicas geoestratégicas que surgem na cena internacional também podem ser vistas como uma oportunidade única para cada Estado-membro, uma oportunidade que Portugal deverá saber aproveitar e potenciar.

Actualmente, a Aliança passou a ser entendida como mais do que uma “simples” Aliança militar e tornou-se num elemento central das missões de paz desenvolvidas pelas Forças Armadas Portuguesas, no quadro das forças nacionais destacadas. Neste âmbito, a NATO é vista ainda como um vector activo da política de defesa portuguesa, bem como um investimento na segurança nacional e um importante eixo da política externa.

Como organização para a paz, a NATO incorpora valores, representado um conjunto de ideais, sendo comumente identificada como uma “comunidade de valores”, uma “aliança militar de valores”, que ao serviço da paz, da segurança e do desenvolvimento sustentado, vem ampliando o seu nível de intervenção e actuando à escala global. Por esse motivo é considerado no contexto actual das relações internacionais um actor regional com capacidade global, e extremamente relevante no quadro da segurança mundial.

Por outro lado, como sabemos, a “segurança” e a “defesa” são pilares da estratégia nacional de qualquer Estado de Direito, constituindo elemento de soberania e identidade do próprio Estado. A identidade de defesa e segurança de Portugal encontra-se fortemente associada à ligação histórica à NATO, constatando-se que o compromisso com a Aliança está firmado numa atitude de aliado permanente e consubstanciado no actual Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN).

De salientar neste contexto que o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, aprovado em 20 de Janeiro de 2003, (resolução do Conselho de Ministros nº 6/2003) e enquadrando as alterações da doutrina estratégicas produzidas no âmbito da NATO no pós Guerra Fria, nomeadamente as designadas por via dos ajustamentos estruturais resultantes das orientações estratégicas de 1949/1952/1957/1968/1991 e 1999, entende que as missões militares no quadro da Aliança:

«...representam um factor de modernização das nossas Forças Armadas e tem sido uma bandeira fundamental na afirmação, em missões de paz, dos militares portugueses.» (CEDN, 2003,7)

Por outro lado, o conceito de “defesa” e mais singularmente o conceito de “segurança” passam a assumir um significado mais lato e abrangente, que se estende muito para além da clássica protecção física contra as ameaças militares, excedendo largamente as fronteiras geopolíticas dos Estados-membros, como ficou patente desde a adopção do conceito estratégico de 1991 e que agora se encontra novamente em discussão no seio da Aliança. Para Portugal, as fronteiras de segurança e de defesa são coincidentes com as fronteiras da NATO, e as fronteiras da NATO são as fronteiras geopolíticas do mundo.

Neste sentido, afirmar que o que se passa na Bósnia, Kosovo, Somália ou no Afeganistão não tem interesse estratégico para Portugal, não nos parece ser sustentável. A presença portuguesa é desde logo representativa da intenção nacional de contribuir para a paz, segurança e defesa na Europa e no Mundo e materializa o compromisso com a assunção das responsabilidades de pertencer à Aliança como Estado-membro fundador.

A participação de militares das Forças Armadas Portuguesas na estrutura de comandos da NATO ou no quadro de missões sob o controlo da Aliança, contribui para reforçar a presença do país na organização e torna-se evidente no contexto da segurança mundial, com a passagem de uma posição tradicionalista de consumidor passivo de segurança internacional a uma posição activa de produtor de segurança à escala global. Esta alteração traduz-se na partilha das responsabilidades estratégicas, dos objectivos e da visão da Aliança (em relação aos quais Portugal não se pode alhear) para a segurança do século XXI, essencialmente nos espaços onde o interesse conjuntural da NATO e de Portugal se entrecruzam, espaços que importa antes de mais definir claramente no quadro da actual política externa portuguesa.

É precisamente neste quadro das “novas” missões da NATO, no âmbito de um “inovador” conceito de segurança cooperativa/colectiva alargado, que se inscreve o primeiro aspecto de grande relevo na relação institucional entre a NATO e Portugal: a participação das Forças Armadas no quadro da missão da NATO no Mar Adriático, em 1992, e mais robustamente, em 1996, na Bósnia-Herzegovina, o que materializou um marco histórico na ligação e empenhamento à Aliança.

Desde essa data, a participação nas diversas missões da NATO pelo mundo envolveu cerca de 16.300 militares, com especial destaque para o ano de 1996, onde estiveram empenhados em diversos teatros 1.834 militares e, mais recentemente, em 2009, onde forças portuguesas estiveram em cenários tão díspares como no Afeganistão, no Oceano Atlântico, no Oceano Índico, no Mar Mediterrâneo e no Kosovo, envolvendo 1.454 militares.

Actualmente, as Forças Armadas portuguesas desenvolvem, ao serviço da Aliança, um conjunto de operações militares, associando-se ao esforço da organização na procura da paz. No quadro das missões onde Portugal participa estão empenhados na ISAF (Afeganistão) 191 militares e na KFOR (Kosovo) 301 militares, representando cerca de 55% do esforço nacional das forças nacionais destacadas, um total de 492 militares. Este empenhamento nacional é um esforço que assenta predominantemente no Exército, correspondendo a 84% do efectivo total.

Portugal é um país de reduzida dimensão geográfica, mas com um posicionamento geoestratégico relevante para o contexto actual da NATO, materializando mesmo o que alguns estrategistas definem como o eterno centro geogravitacional entre o continente americano e europeu, na fronteira de ligação com África e com o Atlântico Sul, com presença e relevância na actual cena internacional, aspecto que importa saber potenciar e afirmar nos fora internacionais onde o país tem voz activa.

Para países como Portugal, no quadro da actual geopolítica global, uma das formas possíveis de marcar uma posição de relevo no xadrez internacional é através do que se pode designar por uma “diplomacia de presença estratégica”, ou seja, aproveitar, sempre que possível, uma oportunidade conjuntural para marcar presença nas organizações, e tentar fazê-lo de forma a deixar uma marca positiva. Este princípio é aquele que melhor se aplica ao momento actual da Política Externa portuguesa e é neste princípio que o novo conceito estratégico deve permitir continuar a colocar a NATO na agenda permanente da segurança e de defesa de Portugal no mundo.

Por outro lado, Portugal assume-se como um país europeu e europeísta, mas de vocação e projecção global, partilhando em relevantes fora multilaterais, os diálogos e as agendas da segurança mundial. A NATO representa um desses fóruns especializados, onde sempre deixamos a nossa marca e onde quase sempre soubemos tirar o máximo partido em cada momento da nossa História.

Dentro das suas capacidades, Portugal tem procurado honrar os seus compromissos, as suas obrigações institucionais e morais no quadro da Aliança, o que garante ao país um contributo determinante para a política de defesa e para a segurança nacional. Neste quadro, pensamos que tem sido possível capitalizar a participação portuguesa na NATO junto de outras instâncias

internacionais, como a ONU a UE e, em menor escala, a CPLP, alinhando e convergindo, dentro do possível, os interesses conjunturais geoestratégicos e geopolíticos de Portugal com o das organizações.

Portugal pode, na medida das suas capacidades e dos seus poucos recursos, participar nessas organizações multilaterais, todas relevantes e fundamentais para o interesse nacional, sem nunca esquecer contudo que, pelo menos a curto e médio prazo, a NATO continuará a ser a organização mais relevante em termos da segurança e da defesa nacional, cuja partilha de responsabilidades lhe continuam a pertencer em parte, ao abrigo do Tratado de Washington, com os ajustamentos que irão derivar da Cimeira de Lisboa.

Salienta-se que o valor da NATO na cena internacional se tem relevado determinante no contexto das políticas de segurança e defesa dos Estados-membros, alinhando interesses que a Aliança defende como seus ao longo dos mais de sessenta anos da sua existência como produtor de segurança no mundo. Neste contexto, a NATO surge aos olhos da comunidade internacional como referência de estabilidade e garante de valores fundamentais, como a paz, os direitos humanos e a liberdade. A NATO passou a ser vista como uma “aliança militar de valores”, valores que Portugal defende também no quadro da sua Constituição.

Neste princípio, Portugal encara nos anos mais recentes a Aliança como um vector relevante no contexto da política externa do Estado, um veículo estratégico que permite incrementar e valorizar a posição nacional na cena internacional. A ligação entre Portugal e a NATO é actualmente mais próxima, e pensamos que crescentemente mais relevante, como vector privilegiado da afirmação de Portugal na qualidade de produtor de segurança regional no mundo.

Uma outra vertente a ser explorada por Portugal no âmbito da NATO é o designado “Diálogo com o Mediterrâneo”. Esta possibilidade é consequência, desde logo da posição geográfica portuguesa, que garante uma proximidade com o Magreb e neste contexto tem sido um dos países que se tem pronunciado pela necessidade de aprofundar o diálogo com os países do Mediterrâneo e com África, diálogo esse, que tem um interesse partilhado no sentido da estabilização de relações e na convergência de interesse numa cooperação estratégica regional proactiva. Aspecto que o novo conceito estratégico poderá aprofundar e que Portugal tenderá a capitalizar na sua política externa com o Magreb e com África.

Esse diálogo, que foi institucionalizado em 1997, visa definir um quadro de cooperação entre as duas partes do Mediterrâneo, onde Portugal pode desempenhar um papel relevante no estabelecimento de pontes e no reforço do diálogo estratégico para a cooperação, no intuito de incrementar as relações políticas, diplomáticas e militares entre a NATO e os países do Magreb.

#### Contributos da NATO para a Segurança e Defesa de Portugal

A Aliança irá tendencialmente abrir-se à multidimensionalidade conceptual e prática, indo do securitário clássico até às novas ameaças, como o meio ambiente, as migrações, pandemias e outras ameaças assimétricas, como é o caso paradigmático do terrorismo internacional. A segurança humana vertida nas concepções teóricas faz com que o foco seja agora o indivíduo e a Aliança irá tendencialmente preparar-se para fazer face às novas ameaças com a inclusão e reforço da cooperação em diferentes tipos de mecanismos, à luz dos novos conceitos de segurança que as estratégias nacionais de segurança e defesa passam a incluir no futuro próximo. O caso mais paradigmático será a revisão do Conceito Estratégico da Defesa Nacional que, face às novas orientações da Aliança e da União Europeia terá de ser necessariamente actualizado e adequado à conjuntura nacional e internacional.

Neste quadro geopolítico global, pensamos que para a actual revisão sobrelevam três critérios fundamentais, relevantes para a NATO e para a segurança e defesa de Portugal: a identificação da Aliança como sede privilegiada de concertação entre a América do Norte e a Europa, onde Portugal pode desempenhar um papel activo; o reconhecimento que o ambiente político, estratégico e operacional é o que emergiu do 11 de Setembro, dos atentados de Madrid e de Londres e do envolvimento da NATO no Afeganistão, dominado por ameaças assimétricas, e que é para elas que a Aliança se deve prioritariamente orientar, nomeadamente no âmbito das estratégias de segurança e defesa nacionais. Por último, o entendimento de que para abordar essas realidades é indispensável a multidimensionalidade e a consequente intervenção conjugada com outros actores e que, nesse contexto, a Aliança deve estar disponível para fazer o que melhor corresponde à sua natureza e realidade, nomeadamente o papel necessário e potencialmente positivo de um conjunto de outros actores no quadro da segurança global, como a União Europeia e a Organização das Nações Unidas, e aceitando mecanismos inovadores de coordenação que as incluam, onde Portugal tem um activo de presença e proactividade que importa saber capitalizar.

Contudo, torna-se relevante ter em presença que o sucesso da revisão do conceito estratégico da Aliança depende em larga medida da evolução positiva da própria Aliança como organização e, mais que tudo, da vontade expressa pelos seus Estados-membros em valorizar a NATO no seio das suas próprias políticas nacionais e segurança e defesa. Nos termos previstos para a revisão do conceito estratégico, ocorrerão desenvolvimentos decisivos para o futuro da estratégia de segurança e defesa da Aliança, tornando-a desejavelmente mais efectiva e conseqüentemente potenciando uma melhor e mais equilibrada relação com as outras organizações multilaterais globais, onde Portugal pode desempenhar um papel relevante na articulação e no diálogo para a segurança no mundo.

Sem idealismos excessivos, deve-se promover que esses novos parâmetros devam assentar primariamente em modelos de segurança cooperativa, apoiadas em modelos de “comprehensive approach” e na valorização do “regional ownership”, o que não implica a eliminação do modelo de segurança colectiva que existe actualmente no quadro da NATO, mas que tendencialmente se prepara para se afirmar na Europa e no mundo com o modelo partilhado de segurança.

Ainda que não se conheça nesta altura aprofundadamente as principais linhas do novo conceito estratégico da NATO, pensamos que este é um caminho que a Aliança não deve desperdiçar ou ficar indiferente e cujas conseqüências para a segurança dos seus Estados-membros, nomeadamente para Portugal, serão tanto melhores quanto mais efectivas forem as suas capacidades, estruturas de comando e operações e as suas expressões de poder.

Em todas as sociedades, a segurança e a defesa são pré-requisitos indispensáveis para o desenvolvimento. Neste quadro, pensamos que para que a NATO possa ser um actor político-estratégico completo, é forçoso que se adapte aos tempos modernos em que muitos dos problemas de segurança não dispensam o envolvimento de uma Aliança mais forte e credível, para que possam ser eficazmente abordados e tratados, regional ou globalmente, e para que possa contar como pilar de segurança dos seus Estados-membros. A NATO não será uma aliança se no seio dos seus actuais 28 países houver discrepâncias significativas ao nível das políticas internas e das principais orientações em termos de segurança e defesa nacional.

No contexto das Forças Armadas Portuguesas, pensamos que alguns aspectos justificam uma reflexão particular, ainda que muito sintética, sobre o que representa a NATO, nomeadamente salientando, em primeiro lugar, que não haverá segurança e defesa na NATO se os Estados-membros não quiserem investir mais e melhor nas suas Forças Armadas e se não souberem definir, com clareza, o modelo a adoptar e a construir para as suas Forças Armadas, que deve ser guiado por capacidades e não por indicadores económicos. O segundo aspecto é que cada vez faz menos sentido que o planeamento das capacidades de defesa seja feito de forma autónoma e separada entre a NATO e a UE, pelo que esse processo deve ser harmonizado e estrategicamente convergente, com reflexos concretos nos conceitos estratégicos de segurança destas organizações. Estas dimensões terão conseqüências, a prazo, no plano da definição operacional e também na definição das respectivas bases industriais e tecnológicas de Defesa, de que Portugal não se deve alhear. O terceiro aspecto a salientar é que existe espaço para reforçar a cooperação interna e externa no seio da Aliança, mas apesar de tudo as relações de poder, tanto no contexto regional como nos diferentes âmbitos conjunturais, determinarão as correspondentes possibilidades e limitações, definindo simultaneamente a gama de capacidades militares que cada país deseje e possa deter.

Relativamente a Portugal, o importante é que se entenda a natureza e o alcance do que está em jogo, e que, em consonância, entendamos que Portugal, pela geopolítica e geoestratégica da dimensão do espaço de afirmação dos seus interesses, não se deve deixar marginalizar. Antes, tudo deve fazer para nela participar. Em primeiro lugar como uma atitude de responsabilidade internacional e de nação fundadora e depois como uma via para a preservação e afirmação da sua própria soberania e como veículo da protecção eficaz dos interesses nacionais no mundo.

## Conclusões

A NATO está a desenvolver um processo activo e participado de consulta interna e de discussão externa tendente a definir um novo conceito estratégico, correspondendo à sétima versão no período entre 1949 – 2010, no quadro da história da Organização. Portugal, ao acolher a Cimeira de Lisboa nos próximos dias 19 e 20 de Novembro, prepara-se para participar, e ligar-se, ao futuro da Aliança na definição das principais orientações político-estratégicas para o seu futuro.

Se relativamente à geografia e ao nome do documento ficamos ligados ao evento, seria importante que em termos de linhas orientadoras para o futuro da Aliança, pudéssemos fazer valer o interesse nacional e alinhar a nossa estratégia de segurança e defesa com as linhas basilares do novo conceito estratégico da NATO.

A geopolítica actual de Portugal no mundo apresenta uma conjuntura potencialmente favorável, principalmente ao nível da representatividade nos fora onde temos assento, o que pode representar uma mais-valia na relação com a Aliança, onde a geoestratégia das fronteiras de segurança nacionais são cada vez mais regionais e em que a segurança regional é tendencialmente global.

Neste contexto, pensamos que o novo conceito estratégico da NATO terá impacto no futuro da política externa de Portugal, onde se reforça o papel das Forças Armadas portuguesas como vectores do Estado na defesa dos interesses nacionais e produtores de segurança global, onde quer que a Aliança participe e os interesses nacionais o exijam.

[1] Major do Exército com o Curso de Estado-Maior. Pós-Graduado em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais pela Universidade Autónoma de Lisboa (UAL). Mestre em Estratégia pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), onde frequenta actualmente o Doutoramento em Relações Internacionais. Desempenha actualmente as funções de Assessor Militar do General Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas.

## **191 TEXTOS RELACIONADOS:**

**2012/06/21**

**FORÇAS ARMADAS E A SUA RAZÃO DE SER. UM PROCESSO PEDAGÓGICO.**

*Jorge Sêro Prazeres*

**2012/06/14**

**FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS EM DEBATE. UM PROCESSO PEDAGÓGICO**

*Jorge Sêro M. Prazeres[1]*

**2012/05/23**

**AS DECLARAÇÕES FINAIS DA CIMEIRA DE CHICAGO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2012/05/14**

**“SMART DEFENCE” NA CIMEIRA DE CHICAGO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2012/05/05**

**A CIMEIRA DE CHICAGO E O RELACIONAMENTO TRANSATLÂNTICO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2012/04/20**

**REFLEXÃO SOBRE O SUCESSO DA INICIATIVA “SMART DEFENCE”**

*Pedro Santos Jorge[1]*

**2012/04/07**

**A DEFESA ANTIMÍSSIL NA EUROPA, DEPOIS DE LISBOA**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2012/03/28**

**A DESPESA COM AS FORÇAS ARMADAS E A LINGUAGEM DOS NÚMEROS**

*João Pires Neves[1]*

**2012/03/24**

**A CIMEIRA DE CHICAGO: RUMO AO FUTURO**

*Pedro Santos Jorge[1]*

**2012/02/08**

**A DEFESA ECONÓMICA EM PORTUGAL**

*Nuno Silva Domingos[1]*

**2012/01/26**

**THE VIRTUES OF DEBATING DEFENCE POLICY**

*Tiago Fernandes Mauricio[1]*

**2011/12/17**

**O PROCESSO DE PLANEAMENTO DE DEFESA DA OTAN – PONTO DE SITUAÇÃO**

*Pedro Santos Jorge[1]*

**2011/11/10**



## OS COMENTADORES POLÍTICOS E A INSTITUIÇÃO MILITAR

*José M. Castanho Paes[1]*

**2011/11/04**

### **A GRANDE OPORTUNIDADE**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2011/10/14**

### **A NATO E A PCSD DA UE, NO PÓS LÍBIA**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2011/07/22**

### **DISSUAÇÃO SEM ARMAS NUCLEARES? (II)**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2011/06/28**

### **A NOVA ESTRUTURA DA NATO. ALGUÉM GANHOU?**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2011/06/06**

### **RACIONALIZAR, NÃO É A PALAVRA DE ORDEM?[1]**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2011/05/24**

### **A EXPANSÃO DA OTAN NA ÁSIA E SUAS IMPLICAÇÕES (RÚSSIA, CHINA E ÍNDIA)**

*Arthur Sá Anunciação[1]*

**2011/04/25**

### **ESTRATÉGIA DA NATO E SEGURANÇA MARÍTIMA[1]**

*Nuno Sardinha Monteiro[2]*

**2011/04/16**

### **A INTERVENÇÃO DA NATO NA LÍBIA. FICÇÃO?**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2011/02/21**

### **MARINHA DE DUPLO USO: UM CONCEITO PÓS-MODERNO DE UTILIZAÇÃO DO PODER MARÍTIMO[1]**

*Nuno Sardinha Monteiro e António Anjinho Mourinha[2]*

**2011/01/17**

### **A EVOLUÇÃO DA POSTURA ESTRATÉGICA DA NATO[1]**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2010/12/09**

### **O CONCEITO ESTRATÉGICO DA NATO .... À ESPERA DA REUNIÃO DE MINISTROS DA DEFESA EM JUNHO[1]**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2010/11/26**

### **O REGRESSO DO NUCLEAR E A ALIANÇA ATLÂNTICA (II PARTE)**

*Francisco Proença Garcia[1]*

**2010/11/25**

### **O REGRESSO DO NUCLEAR E A ALIANÇA ATLÂNTICA (I PARTE)**

*Francisco Proença Garcia[1]*

**2010/11/07**

### **As “NOVAS MISSÕES” DA NATO[1]**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2010/10/18**

### **RÚSSIA, PARCEIRO INDISPENSÁVEL?**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2010/10/09**

### **A SEGURANÇA ENERGÉTICA DA EUROPA E A NATO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2010/09/24

**O NOVO CONCEITO ESTRATÉGICO DA NATO. DUAS QUESTÕES POLÉMICAS[1]**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2010/09/21

**OTAN 2020 – REFORÇO DA DEFESA COLECTIVA E AFIRMAÇÃO DA SEGURANÇA COOPERATIVA – O MODELO POSSÍVEL, NECESSÁRIO OU DE TRANSIÇÃO?**

*Rui Ribeiro Vieira[1]*

2010/09/17

**PORTUGAL, A NATO, O ATLÂNTICO SUL E O BRASIL**

*João Brandão Ferreira*

2010/09/15

**SUBMARINOS - FACTOS E ARGUMENTOS \***

*Texto do CDS*

2010/08/19

**A DEFESA ANTI-MÍSSIL. PRIORIDADE PARA A NATO?**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2010/08/11

**O QUE SERÁ VENCER NO AFGANISTÃO?**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2010/07/11

**O INSTRUMENTO MILITAR COMO PRODUTOR DE SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO NOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. CONTRIBUTOS PARA UMA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL[1]**

*Luís Brás Bernardino[2]*

2010/07/10

**UMA POLÍCIA ÚNICA?[1]**

*Paulo Pereira de Almeida[2]*

2010/06/16

**AS “NOVAS” TAREFAS DAS FORÇAS ARMADAS: LIÇÕES DE VINTE ANOS DE MISSÕES EM ZONAS DE CRISE”[1]**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2010/05/18

**O RELATÓRIO ALBRIGHT**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2010/05/15

**FORÇAS ARMADAS - UMA ESTRATÉGIA DE MUDANÇA[1]**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2010/04/28

**ENERGIA, UM TEMA CENTRAL DE SEGURANÇA E DEFESA**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2010/03/22

**AS ARMAS NUCLEARES DA NATO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2010/03/15

**AS RELAÇÕES NATO/UE**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2010/03/14

**A SOBERANIA DOS ESTADOS E O MAR - A REALIDADE PORTUGUESA[1]**

*João Pires Neves[2]*

2009/12/13

**QUE CONTRIBUTOS DE PORTUGAL E DA CPLP PARA A ARQUITECTURA DE PAZ E SEGURANÇA AFRICANA?**

*Luís Brás Bernardino[1]*

2009/12/06

**QUE FARIAM OS EUROPEUS SEM A NATO?[1]**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2009/11/14

**COMPROMISSOS BRASILEIROS COM A GLOBALIZAÇÃO: AS OPERAÇÕES DE PAZ?**

*Oliveiros S. Ferreira (Brasil)*

2009/09/28

**SEGURANÇA NACIONAL, SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES E AS FORÇAS ARMADAS[1]**

*Jorge Silva Carvalho[2]*

2009/09/17

**INTERNATIONAL SECURITY AND NATO[1]**

*Inês de Carvalho Narciso*

2009/09/16

**AS FORÇAS ARMADAS, O ESTADO E A NAÇÃO**

*João Brandão Ferreira*

2009/09/14

**A «AFEGANIZAÇÃO» DA ESTRATÉGIA DA ISAF**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2009/09/01

**AS ARMAS NUCLEARES E A REVISÃO DO CONCEITO ESTRATÉGICO DA NATO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2009/07/28

**O NOVO CONCEITO ESTRATÉGICO DA NATO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2009/05/22

**PARLIAMENTARY CONTROL OF ARMED FORCES” IN PORTUGAL[1]**

*Inês de Carvalho Narciso[2]*

2009/05/14

**OS GRANDES DESAFIOS DA NATO[1]**

*Victor Marques dos Santos[2]*

2009/05/13

**A NATO[2]**

*Francisco Proença Garcia[1]*

2009/04/27

**COMBATE AO BIOTERRORISMO. PRIORIDADE NACIONAL?[1]**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2009/04/07

**A SOLUÇÃO POLÍTICA PARA O AFEGANISTÃO E A UE**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2009/02/01

**QUO VADIS NATO? – OS GRANDES REPTOS PARA A ALIANÇA**

*Luís Falcão [1]*

2009/01/20

**A REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA SUPERIOR DA DEFESA[1]**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2008/11/18

**CRISE NA INSTITUIÇÃO MILITAR**

*João Brandão Ferreira*

2008/10/31

**FORÇA ARMADAS – UMA QUESTÃO DE ESTADO**

*Alexandre Reis Rodrigues*



2008/10/24

**RÚSSIA - A DOUTRINA MEDVEDEV**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2008/10/01

**A NATO, A UCRÂNIA E A ESQUADRA RUSSA DO MAR NEGRO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2008/09/06

**A TURQUIA E O CONFLITO NA GEÓRGIA**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2008/08/27

**ATÉ ONDE IRÁ A RÚSSIA, DEPOIS DA GEÓRGIA**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2008/08/20

**A GEÓRGIA E O RELACIONAMENTO DO OCIDENTE COM A RÚSSIA**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2008/08/14

**OS ACONTECIMENTOS NO CÁUCASO E OS JOGOS OLÍMPICOS**

*Luís Falcão*

2008/08/11

**GEÓRGIA: MAIS LONGE DA NATO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2008/06/26

**SUBVERSÃO E CONTRA-SUBVERSÃO [1]**

*Francisco Proença Garcia[2]*

2008/06/20

**UMA REFORMA MAL EXPLICADA [1]**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2008/04/26

**OS SISTEMAS LOGÍSTICOS NAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS**

*Pereira de Melo[1]*

2008/03/10

**UM OÁSIS NO “DESERTO” PORTUGUÊS: O COLÉGIO MILITAR**

*João Brandão Ferreira*

2008/03/07

**QUE ESTRATÉGIA SEGUIRÁ A RÚSSIA NA INDEPENDÊNCIA DO KOSOVO?**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2008/02/13

**AS FORÇAS ARMADAS E O NOVO COMANDO OPERACIONAL CONJUNTO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2008/02/11

**REFORMA NECESSÁRIA?**

*João Ferreira Barbosa*

2008/02/01

**QUE ESPERAR DA CIMEIRA DE BUCARESTE?**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2007/12/28

**PORQUE ESTÁ EM CAUSA O TRATADO CFE**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2007/12/27

**RÚSSIA SUSPENDE PARTICIPAÇÃO NO TRATADO DE FORÇAS CONVENCIONAIS DA EUROPA**

*Marcelo Rech[1]*

**2007/12/21**

**KOSOVO. MAIS UM COMPASSO DE ESPERA!**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2007/12/12**

**A MELHOR FORMA DE COMEMORAR OS 60 ANOS DA NATO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2007/12/10**

**SEGURANÇA: VISÃO GLOBAL. A PERSPECTIVA DAS INFORMAÇÕES[1]**

*Jorge Silva Carvalho*

**2007/11/15**

**A IMAGEM PÚBLICA DAS FORÇAS ARMADAS NO QUADRO DAS SUAS MISSÕES**

*José Castanho Paes*

**2007/10/21**

**DARFUR: O SILÊNCIO E A ESPERANÇA DA ÚLTIMA FRONTEIRA**

*Francisco José Leandro*

**2007/10/11**

**A GEÓRGIA E A NATO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2007/10/04**

**A RÚSSIA PÓS PUTIN**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2007/10/04**

**A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA (GNR) NAS MISSÕES DE PAZ[1]**

*Francisco M. Rodrigues[2]*

**2007/10/03**

**A INDÚSTRIA DE DEFESA – ENQUADRAMENTO GERAL[1]**

*José Silva Cordeiro[2]*

**2007/09/17**

**UCRÂNIA. ELEIÇÕES DENTRO DE DUAS SEMANAS**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2007/09/17**

**AFEGANISTÃO FORA DE CONTROLE**

*Marcelo Rech[1]*

**2007/08/03**

**O CÓDIGO DO SILÊNCIO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2007/08/03**

**RÚSSIA DECLARA MORATÓRIA AO TRATADO DE REDUÇÃO DAS FORÇAS CONVENCIONAIS NA EUROPA**

*Marcelo Rech[1]*

**2007/07/29**

**A VERTENTE DE MANUTENÇÃO DA PAZ DA NATO: UMA DUPLICAÇÃO DO PAPEL DAS NAÇÕES UNIDAS?**

*Nélia Rosário Ribeiro*

**2007/06/25**

**A DEFESA COLECTIVA DA EUROPA. RESPONSABILIDADE DA NATO? (II PARTE)**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2007/06/18**

**DE COMO OPINAR COM CREDIBILIDADE ACERCA DAS FORÇAS ARMADAS. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

*João Pires Neves[1]*

**2007/06/11**

**AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS FINANCEIROS, OS NÚMEROS E O SEU**

## **SIGNIFICADO. (2ª PARTE) (I-A)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/06/04**

**AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS FINANCEIROS, OS NÚMEROS E O SEU SIGNIFICADO.**

*João Pires Neves[1]*

**2007/05/29**

**DEVEM OS CHEFES DE ESTADO MAIOR DECLARAR OS RENDIMENTOS?**

*João Brandão Ferreira*

**2007/05/28**

**AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E A FORMAÇÃO” (IV)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/05/20**

**AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E A MOTIVAÇÃO (III)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/05/19**

**A DEFESA COLECTIVA DA EUROPA: RESPONSABILIDADE DA NATO?[1]**

*Alexandre reis Rodrigues*

**2007/05/14**

**AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E OS QUADROS DE PESSOAL (II)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/05/07**

**AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E AS NECESSIDADES ORGANIZACIONAIS (I)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/05/06**

**A GNR E O MAR TERRITORIAL (VERSÃO INTEGRAL DO ARTIGO PUBLICADO NO JORNAL PÚBLICO DE 5 MAIO)**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2007/04/30**

**AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. A COMPONENTE FIXA E A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS (3ª PARTE) (VI-B)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/04/26**

**O GRANDE DESAFIO DA DEFESA**

*Grupo de Trabalho do Instituto Humanismo e Desenvolvimento[1]*

**2007/04/25**

**AS FORÇAS ARMADAS E A ECONOMIA**

*Alípio Tomé Pinto[1]*

**2007/04/20**

**AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. A COMPONENTE FIXA E A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS (2ª PARTE) (VI-A)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/04/19**

**THE TALIBAN THREAT IS NOT JUST AMERICA'S BURDEN[1]**

*Robert Hunter[2]*

**2007/04/16**

**AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. A COMPONENTE FIXA E A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS (1ª PARTE) (VI)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/04/14**

## **CONHECIMENTO, USO E CONTROLO DO MAR PORTUGUÊS**

*José Castanho Paes*

**2007/04/09**

### **AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SFN E A PROGRAMAÇÃO MILITAR [V-A]**

*João Pires Neves[1]*

**2007/04/05**

### **A ALMA DAS INSTITUIÇÕES**

*Alípio Tomé Pinto[1]*

**2007/04/02**

### **AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SFN E A PROGRAMAÇÃO MILITAR (V)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/04/01**

### **A DEFESA ANTIMÍSSIL NA EUROPA. UM PROBLEMA PARA A PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE?**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2007/03/26**

### **AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS (1997), O 11 DE SETEMBRO DE 2001 E O SISTEMA DE FORÇAS (2004) (IV)**

*Autor: João Pires Neves[1]*

**2007/03/19**

### **AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS E A SUA ESTRUTURA ORGANIZATIVA (2ª PARTE) (III.A)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/03/12**

### **AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS E A SUA ESTRUTURA ORGANIZATIVA (1ª PARTE) (III)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/03/06**

### **AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS NACIONAL, O PLANEAMENTO E AS SENSIBILIDADES (II)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/02/27**

### **AS FORÇAS ARMADAS E A ”ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS. A GRANDE REFERÊNCIA. (I)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/02/16**

### **AS FORÇAS ARMADAS E O “AMBIENTE NACIONAL” (II)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/02/13**

### **A (R)EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO[1]**

*João Vicente[2]*

**2007/02/12**

### **AS FORÇAS ARMADAS E O AMBIENTE INTERNACIONAL (I)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/02/10**

### **O CERCO APERTA-SE**

*Eduardo Silvestre dos Santos*

**2007/02/05**

### **AS FORÇAS ARMADAS – A “FINALIDADE E A MISSÃO”**

*João Pires Neves[1]*

**2007/01/29**

### **DE COMO OPINAR COM CREDIBILIDADE ACERCA DAS FORÇAS ARMADAS**

*João Pires Neves[1]*

2007/01/09

**O NAUFRÁGIO [1]**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2006/12/03

**ANTI-MILITARISMO PRIMÁRIO**

*José Castanho Paes [1]*

2006/11/30

**O SERVIÇO DE SAÚDE MILITAR NO PRINCÍPIO DO SÉCULO XXI EM PORTUGAL**

*João Brandão Ferreira*

2006/10/27

**A GEÓRGIA E A NATO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2006/10/26

**A CAMINHO DE RIGA, PELO AFGANISTÃO[2]**

*Miguel Moreira Freire[1]*

2006/10/22

**TENDÊNCIAS DAS COMPONENTES TERRESTRES DAS FORÇAS ARMADAS**

*Miguel Moreira Freire*

2006/10/01

**O COMANDO OPERACIONAL DAS FORÇAS ARMADAS E O QUARTEL-GENERAL CONJUNTO. EQUÍVOCOS A DESFAZER.**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2006/09/21

**BOLONHA, O ENSINO SUPERIOR MILITAR E A QUALIDADE**

*Casimiro Pacheco Talhinas*

2006/09/14

**QUESTÕES QUE SE PÕEM AO ENSINO SUPERIOR MILITAR**

*João Brandão Ferreira*

2006/09/11

**O IMPASSE AFGÃO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2006/07/30

**LA OTAN Y LA TRANSFORMACION[1]**

*Miguel Fernández y Fernández (Alm. da Marinha de Espanha)*

2006/07/20

**AFGANISTÃO. A HISTÓRIA VAI REPETIR-SE?**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2006/07/18

**O FUTURO DA NATO**

*António Borges de Carvalho*

2006/07/17

**A CIMEIRA DA NATO EM RIGA**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2006/07/07

**O COLÉGIO MILITAR PARA ALUNOS EXTERNOS?**

*João Brandão Ferreira*

2006/06/27

**ORGULHOSAMENTE SÓS**

*António Borges de Carvalho*

2006/06/08

**FORÇAS INTERNACIONAIS EM TIMOR. CADEIA DE COMANDO**

*Américo Silva Santos*

**2006/06/07**

**A GNR E AS RELAÇÕES DE COMANDO. OUTRA PERSPECTIVA**

*António Borges de Carvalho*

**2006/06/06**

**A GNR E AS RELAÇÕES DE COMANDO**

*João Ferreira Barbosa*

**2006/06/01**

**REEQUIPAMENTO ADIADO**

*João Ferreira Barbosa*

**2006/05/06**

**O PRACE E A DEFESA NACIONAL**

*João Ferreira Barbosa*

**2006/03/27**

**O COMANDO SUPREMO DAS FORÇAS ARMADAS**

*António Borges de Carvalho*

**2006/03/21**

**O PRIMEIRO TIRO**

*Romeu Bentes Marcelo*

**2006/03/04**

**O MILITAR E O CIDADÃO E AS RELAÇÕES CIVIL-MILITARES (II PARTE)**

*João Brandão Ferreira*

**2006/03/03**

**O MILITAR E O CIDADÃO E AS RELAÇÕES CIVIL-MILITARES (I PARTE)**

*João Brandão Ferreira*

**2006/01/22**

**EXISTEM FORÇAS PARA AS MISSÕES?**

*João Nuno Barbosa*

**2006/01/22**

**CONVÉM NÃO PERDER CAPACIDADES**

*João Nuno Barbosa*

**2005/12/18**

**É TEMPO DE MUDAR! DIZ AZNAR.**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2005/11/29**

**NATO OU PESD? OU AMBAS?**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2005/11/24**

**PORTUGAL E O MAR. UMA RELAÇÃO DIFÍCIL**

*João Ferreira Barbosa*

**2005/11/08**

**PORTUGAL: OS CONFLITOS MILITARES DOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS**

*João Brandão Ferreira*

**2005/11/01**

**UCRÂNIA. A CAMINHO DA NATO?**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2005/10/06**

**O QUE FARIAM OS EUROPEUS SEM A NATO?**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2005/04/23**



**ALGUMAS PERGUNTAS AO MINISTRO DA DEFESA [1]**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2005/04/22**

**CAPACIDADE EXPEDICIONÁRIA OU DEFESA TERRITORIAL?**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2005/03/22**

**SEREIAS NA DEFESA**

*Américo Silva Santos*

**2005/03/21**

**POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL DO XVII GOVERNO CONSTITUCIONAL**

*Eduardo Silvestre dos Santos*

**2005/03/06**

**INDEPENDÊNCIA AMEAÇADA?**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2005/02/23**

**UM NOVO CICLO PARA A DEFESA? [1]**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2005/01/02**

**REFLEXÕES PROGRAMÁTICAS PARA A DEFESA[1]**

*Grupo Trabalho Reflexão e Defesa (IHD)*

**2004/12/13**

**A NOVA OTAN?**

*Maria João Militão Ferreira*

**2004/08/10**

**A NATO E A CIMEIRA DE ISTAMBUL**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2004/06/29**

**ALGUNS CONTRIBUTOS PARA A DEFINIÇÃO DE UMA POLÍTICA DE DEFESA**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2004/05/17**

**POR UM CONCEITO DIFERENTE DE DEFESA**

*Rui Arrifano*

**2004/04/23**

**OS INVESTIMENTOS NA DEFESA**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2004/04/08**

**O ALARGAMENTO DA NATO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2004/04/08**

**O ALARGAMENTO DA NATO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2004/03/16**

**A NATO E O MÉDIO ORIENTE**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2004/01/07**

**A TRANSFORMATION EN LA OTAN**

*Almirante SPN Miguel A. Fernández y Fernández (SACLANTREPEUR)*

**2003/12/03**

**A FORÇA DE RESPOSTA DA NATO (V)**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2003/11/18**

**O COMANDO DAS FORÇAS ARMADAS E A REVISÃO CONSTITUCIONAL**

*António Borges de Carvalho*

**2003/11/11**

**A FORÇA DE RESPOSTA DA NATO (IV)**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2003/10/27**

**AS CRISES DA NATO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2003/10/20**

**A FORÇA DE RESPOSTA DA NATO (III)**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2003/10/09**

**A FORÇA DE RESPOSTA DA NATO (II)**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2003/10/08**

**A FORÇA DE RESPOSTA DA NATO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2003/09/30**

**SEGURANÇA NACIONAL - COMPONENTE MILITAR**

*Freitas Ribeiro Pacheco*

**2003/09/29**

**TELEVISÃO PÚBLICA**

*Dr. António Borges de Carvalho*

**2003/06/13**

**UM NOVO CICLO DE PLANEAMENTO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2002/10/02**

**DISCUSSÃO PÚBLICA DAS BASES DO CEDN**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2002/09/16**

**A PROPÓSITO DA DISCUSSÃO DAS BASES DO CEDN**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2002/08/21**

**DEFESA, INTERESSES NACIONAIS E AMEAÇAS**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2001/06/20**

**O LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2001/05/02**

**A REFORMA DAS FORÇAS ARMADAS**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2000/05/03**

**POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL. AS NOVAS MISSÕES DAS FAs**

*Francisco Proença Garcia*